

Estudos culturais

Renato Ortiz

A primeira vez que tomei consciência de que seria um praticante dos Estudos Culturais foi em Berlim, numa conferência organizada por Hermann Herlinghaus, em 1995. No ano seguinte, num seminário realizado em Stirling (Escócia), do qual Stuart Hall era um dos participantes, essa sensação se reforçou, pois, ao lado de meus amigos Nestor Garcia Canclini e Jesus Martin Barbero, lá me encontrava como representante de algo que nunca me tinha ocorrido. O questionário proposto pela Universidade de Stanford cita-me como um dos mais “sobresalientes” latino-americanistas dedicados aos Estudos Culturais, o que me dá grande satisfação. Entretanto, apesar dessa evidência, a imagem que tenho entre meus colegas brasileiros não se ajusta a ela. Para eles sou simplesmente sociólogo ou antropólogo, embora meus escritos, lidos e apreciados em áreas distintas, como crítica literária, arquitetura, geografia, comunicação, se encaixem mal nas fronteiras disciplinares existentes. Pessoalmente não tenho nenhuma angústia identitária, mesmo em tempos de globalização, quando muitos estão assombrados pelo afã insensato de decifrar o seu “eu” maior. Sinceramente creio que não deveríamos ter nenhuma carteira de identidade, ela diz pouco sobre nossa individualidade, mas uma “carteira de diferenças”, rica, complexa, indefinida, reveladora da diversidade de nossos itinerários ao longo da vida, fechando-se somente com a nossa própria morte. Mas, se as representações sobre meu trabalho são distintas “fora” e “dentro” do Brasil,

é provável que os lugares nos quais elas são lapidadas digam alguma coisa sobre a atividade intelectual que desenvolvemos e pressupomos como dadas, objetivamente imutáveis. Sou incapaz de responder por completo às perguntas elaboradas pela Universidade de Stanford. Muitas das questões abordadas são para mim relativamente distantes, talvez por ser brasileiro, latino-americano, o que de certa maneira me afasta da lógica do campo universitário norte-americano. Considerarei portanto os pontos que me parecem os mais relevantes, e talvez, com o olhar um tanto estrangeiro, venha a contribuir com o debate em andamento.

Os Estudos Culturais não existem no Brasil como área disciplinar. Claro, o interesse pelo que é produzido, seja na Inglaterra, via Escola de Birmingham, seja nos Estados Unidos, como estudos literários, pós-modernidade, globalização, está presente entre nós. Mas os termos da discussão são outros. Não sei se eles constituirão no futuro uma especialização acadêmica nem saberia dizer se isso seria realmente desejável. A verdade é que a institucionalização do conhecimento na esfera das humanidades se encontra mais ou menos definida, constituída por disciplinas e algumas atividades específicas, tais como comunicação e artes. Mesmo nos institutos e departamentos de Letras, as tradicionais divisões de ensino e pesquisa parecem vigorar sem maiores constrangimentos. Isso estabelece de imediato um “dentro” e um “fora”, pois as perguntas sobre a possível relação entre “estudos culturais” e “estudos literários”, o destino dos “estudos culturais”, sua politização ou não, nada têm de universal. Eles seguem o ritmo das mudanças ocorridas nas universidades norte-americanas, mas dificilmente exprimem a realidade brasileira e, eu acrescentaria, latino-americana. Na introdução de meu livro *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo* (Brasiliense, 2000), digo que a noção de “estudos japoneses”, conhecida como japonologia, somente tem sentido quando apreciada do exterior. Os japonólogos são pesquisadores, preferencialmente oriundos da Europa e dos Estados Unidos, cuja intenção é compreender a realidade desse país determinado. Passa-se o mesmo com os brasilianistas e latino-americanistas. São pessoas que se encontram “fora” do Brasil e da América Latina, trabalhando geralmente em instituições norte-americanas ou europeias. Mas nenhum brasileiro ou latino-americano se identificaria como um brasilianista ou um latino-americanista. Isso somente ocorre quando eles migram para uma instituição estrangeira, inserindo-se em outro mercado acadêmico. Aí, nesse momento, sua identidade profissional irá se alterar. Por isso não há japonólogos no Japão e latino-americanistas na Amé-

rica Latina, mas sociólogos, economistas, historiadores etc. Quando vista internamente, a realidade das áreas geográficas tem pouca consistência (inclusive teórica), vivendo mais dos influxos externos. Embora a situação não seja exatamente a mesma (os Estudos Culturais não coincidem com uma área geográfica qualquer), algo semelhante ocorre, pois o conhecimento vem marcado pela história dos lugares nos quais os Estudos Culturais são produzidos. Teriam eles uma unidade disciplinar? Configurariam uma área específica do conhecimento? A resposta pode eventualmente ser positiva quando os consideramos no contexto das universidades norte-americanas, mas negativa, ou no mínimo ambígua, quando nos voltamos para a América Latina. No que toca ao Brasil, parece-me que a penetração dos Estudos Culturais se faz pelas bordas, ou seja, para utilizar uma expressão de Bourdieu, na periferia do campo hierarquizado das ciências sociais, particularmente nas escolas de comunicação (o que certamente demonstra o conservantismo de disciplinas como sociologia, antropologia, literatura). Entretanto, mesmo assim, nenhuma delas se propõe a modificar o seu estatuto institucional. Os textos são lidos e os autores cultivados, sem que o conceito de “comunicação”, como área específica do conhecimento ou, se quiserem, de agregação de interesses, encontre-se ameaçado.

Os Estudos Culturais caracterizam-se por sua dimensão multidisciplinar, a quebra das fronteiras tradicionalmente estabelecidas nos departamentos e nas universidades. Esse é para mim um aspecto altamente positivo no processo de renovação das ciências sociais. Não há dúvida de que o movimento de institucionalização do conhecimento durante o século XX caminhou muitas vezes para uma espécie de fordismo intelectual, no qual as especialidades, as subdivisões disciplinares e temáticas (sociologia rural, antropologia da família, partidos políticos etc.), alimentadas sobretudo nos momentos de celebração ritual, os grandes congressos acadêmicos, implicaram a preponderância de um saber fragmentado em relação a uma visão mais “globalizadora”, “totalizadora”, dos fenômenos sociais (lembro que para Marcel Mauss a categoria “totalidade” era fundamental na construção do objeto sociológico). Não se pode dizer que o processo de especialização tenha sido inteiramente negativo; de alguma maneira ele possibilitou a análise mais detalhada de certos “eventos”, mas permanece a impressão de que a fragmentação existente pouco favorece o aprimoramento do conhecimento, vinculando-se mais aos interesses dos grupos profissionais que disputam verbas de pesquisa e posições de autoridade no campo intelectual. Entretanto, não se deve considerar a importância da multidisciplinaridade

como algo idêntico ao “fim das fronteiras”. Ou cairemos na obviedade do senso comum que tem insistentemente alardeado, já no ocaso do século XX, o “fim” das ideologias, do espaço, do trabalho, da história. Seria, nesse caso, substituir uma insuficiência real por um falso problema. As fronteiras são necessárias para a existência de um saber autônomo, independentemente das injunções externas (religião, política, provincianismo local, senso comum). A multidisciplinaridade não é pois um valor em si, mas um valor relacional (isto é, estabelece-se em relação às “verdades” disciplinares), e é preciso portanto vinculá-la a uma questão anterior: em que medida ela favorece ou não uma realização mais adequada do próprio pensamento. Se os Estudos Culturais propõem uma solução multidisciplinar, não é menos certo que outras alternativas podem também ser exploradas, por exemplo a transdisciplinaridade. Nesse caso, os horizontes disciplinares surgem não como um entrave a ser abolido, mas como ponto de partida para uma “viagem” entre saberes compartimentados.

O tema das fronteiras pode ser ainda explorado por outro viés. A comparação com os Estados Unidos é sugestiva. Desde a década de 1920, com a Escola de Chicago, a sociologia conhece nos Estados Unidos um intenso movimento de institucionalização. *Introduction to the science of sociology*, de Park e Burgess, considerado a pequena bíblia dos sociólogos daquela cidade, foi publicado em 1921. A expansão do ensino universitário, com a criação de departamentos e institutos de pesquisa, irá multiplicar os nichos institucionais incentivando o florescimento das diferentes áreas acadêmicas. Já nos anos de 1940 diversas escolas de pensamento, como funcionalismo e culturalismo, apresentam-se como referências teóricas importantes no campo intelectual norte-americano. No Brasil, para utilizar um termo caro à intelectualidade latino-americana, a institucionalização das ciências sociais é “tardia”. A “escola paulista” de sociologia, personificada na figura de Florestan Fernandes, data dos anos de 1950. Nesse momento, outras disciplinas, como a antropologia, certamente existiam, mas apenas de forma incipiente, desenvolvendo-se em pontos distantes e desconectados do país e praticadas por um número bastante reduzido de pessoas (a ciência política não existia ainda como especialização). Não se pode esquecer que o desenvolvimento de uma rede universitária de ensino, até a reforma de 1968, era também limitado. Na verdade, a institucionalização das ciências sociais se consolida nos anos de 1970 e 1980 com a emergência de um sistema nacional de pós-graduação (mestrado e doutorado) apoiado pelas agências financiadoras federais (Capes, CNPq) e estaduais (Fapesp),

panorama que torna o Brasil hoje um país relativamente “privilegiado” comparado a seus vizinhos, pois em nenhum deles houve um desenvolvimento tão intenso das redes universitárias de pesquisa. Contrariamente às ditaduras chilena, argentina, uruguaia, os militares brasileiros foram “modernizadores”, isto é, impulsionaram o crescimento econômico nos marcos de uma política autoritária, o que teve conseqüências importantes na reestruturação da universidade. Quero dizer com isso que, num contexto de institucionalização restringido, as fronteiras disciplinares nunca conseguiram se impor com a mesma força e rigidez que nos Estados Unidos. Não houve tempo nem condições materiais para que isso acontecesse. Sem dúvida elas existem nas universidades e nos centros de pesquisa, mas são mais porosas, fluidas, permitindo uma interação maior entre os praticantes das ciências sociais. As passagens da filosofia à sociologia, da ciência política à história, da antropologia à comunicação, da sociologia à literatura, não são casos de excepcionalidade, mas constituem quase que uma regra do campo universitário. Talvez por isso o ensaio, como forma de apreensão da realidade, sobretudo na tradição latino-americana hispânica, tenha sobrevivido ao processo de formalização disciplinar. Pois é de sua natureza desprezeitar a formalidade dos limites estabelecidos.

A análise da cultura constituiria um novo paradigma sistêmico? Pessoalmente não estou convencido de que as ciências sociais operem com paradigmas, no sentido que Kuhn atribui ao termo. Mesmo tomando o conceito de uma maneira mais alusiva e abrangente, como sinônimo de “referência teórica”, minhas dúvidas persistem. Lembro que alguns anos atrás um debate semelhante ocorreu em relação à área de comunicação. Existiria uma “teoria da informação” distinta das outras esferas de conhecimento? Seriam as escolas de comunicação o lugar privilegiado desse “sistema epistemológico”? O resultado dessa polêmica, hoje apagada pelo tempo, não foi encorajador. Gostaria, porém, de retomar a questão, se eu a compreendi bem, dando-lhe outra formulação: atualmente, a problemática da cultura encerra algo de qualitativamente diferente em relação às perspectivas trabalhadas antes? Creio que sim. A tradição das ciências sociais, nos seus diversos ramos disciplinares, confinava a esfera da cultura a certos gêneros específicos: na literatura, a discussão estética; na antropologia, a compreensão das sociedades indígenas, do folclore e da cultura popular; na história, a reflexão sobre as civilizações (hoje revigorada com a emergência da globalização). Tanto na Europa como nos Estados Unidos, a sociologia, quando se ocupava do tema, praticamente o restringia à esfera

da *Kultur*. A literatura e a arte desfrutavam assim de um estatuto privilegiado. O debate sobre o surgimento da cultura de massa nos Estados Unidos (anos de 1940 e 1950) tomava o universo da arte como referência obrigatória, seja para criticá-la como “elitista” (os autores liberais vinculados à idéia de democracia de massa e ao mercado), seja para valorizá-la, como os frankfurtianos, como o derradeiro refúgio da liberdade espiritual. Pode-se ainda dizer que a análise dos fenômenos culturais desfrutavam de um prestígio “menor” no campo intelectual. Outros temas, como partidos políticos, Estado, modernização, industrialização, urbanização, eram vistos como “mais importantes” do que os estudos referentes à cultura popular, às religiões etc. Certo, a esfera da “alta cultura” permanecia ileso, pois era considerada algo à parte, o que garantia assim sua aura solitária. Mesmo na América Latina, guardadas as devidas proporções, esse movimento se reproduz. Contrariamente à Europa e aos Estados Unidos, a temática cultural, associada ao dilema da identidade nacional, foi uma preocupação permanente da intelectualidade. Nesse sentido, as análises empreendidas transbordaram os limites estabelecidos pelas ciências sociais européia e norte-americana. A constituição da nação implicava uma reflexão diferenciada. No entanto, na virada dos anos de 1960-1970, com o processo de institucionalização das disciplinas, temas como desenvolvimento, modernização, transição democrática, dependência terão um apelo muito maior entre os cientistas sociais, e um público mais amplo. É possível dizer que a tradição marxista, talvez de forma inconsciente, tenha nisso desempenhado certo papel, pois a “superestrutura”, como reflexo ou não da “infraestrutura”, designava às manifestações culturais uma posição secundária. De qualquer maneira, com exceção da antropologia culturalista norte-americana (confinada aos estudos das sociedades indígenas, camponesa, e à aculturação) e a discussão da cultura nacional na América Latina, a esfera da cultura era vista não em sua totalidade, mas recortada segundo temas e disciplinas. Os estudos literários pouco tinham a ver com as análises sociológicas, a antropologia dificilmente dialogava com a dimensão “moderna” da chamada “cultura de massa”, e assim por diante. Atualmente, em contraposição a essa tendência de compartimentalização do conhecimento, o universo da cultura passou a ser percebido como uma encruzilhada de intenções diversas, como se constituísse um espaço de convergência de movimentos e ritmos diferenciados: economia, relações sociais, tecnologia etc. Não creio que venha a existir, como se pensou no passado, uma “Teoria da Cultura” (intenção um tanto ingênua dos antropólogos culturalistas),

mas estou convencido de que dificilmente esse espaço de convergência pode ser circunscrito às fronteiras canônicas das disciplinas existentes.

Outro aspecto diz respeito à problemática do poder. Tradicionalmente as ciências sociais tenderam a identificá-lo com a política. Há evidentemente exceções que confirmam a regra, por exemplo a sociologia da religião de Max Weber. Não obstante, o movimento dominante no pensamento sociológico (no sentido amplo do termo) foi considerá-lo algo preferencialmente vinculado ao universo da política. Por isso temas como Estado, governo, partidos, sindicatos e movimentos sociais tornaram-se hegemônicos entre os cientistas sociais. A cultura ficava um tanto à margem disso tudo. Novamente, diante desse quadro, a América Latina pode ser vista de forma distinta, mas é importante dimensionar as coisas para não cairmos em mal-entendidos. O dilema da identidade nacional levou a intelectualidade latino-americana a compreender o universo cultural (cultura nacional, cultura popular, imperialismo e colonialismo cultural) como algo intrinsecamente vinculado às questões políticas. Discutir “cultura” de uma certa forma era discutir política. O tema da identidade encerrava os dilemas e as esperanças relativos à construção nacional. Entretanto, isso posto, é importante qualificar o contexto no qual o debate era travado e apontar para as mudanças advindas desde então. Primeiro, a emergência de uma indústria cultural, particularmente num país como o Brasil, redefiniu a noção de cultura popular despolitizando a discussão anterior (tratei de maneira exaustiva esse aspecto em meu livro *A moderna tradição brasileira* [Brasiliense, 1988]). Segundo, o Estado-nação era o pressuposto básico da argumentação desenvolvida. Terceiro, o movimento de institucionalização das ciências sociais, mesmo restringido com a especialização das disciplinas, incentivou a separação entre compreensão da realidade e atuação política. As transformações recentes deslocam ainda a centralidade do Estado-nação, redefinindo a situação na qual são produzidas as ciências sociais. Muito do que se define por “crise política” associa-se às restrições impostas à sua atuação. Com o processo de globalização ele torna-se debilitado, cindindo o elo postulado anteriormente entre identidade nacional e luta política. O deslocamento do debate, da identidade nacional para as identidades particulares (étnicas, de gênero, regionais), reflete essa nova tendência. Mesmo no quadro dos antigos países “centrais”, pode-se dizer que também as instâncias tradicionais da política perdem legitimidade ao se definirem quase que exclusivamente em termos das fronteiras nacionais (a discussão sobre uma possível “sociedade civil mundial” é um sintoma disso). Outra mudança, a meu ver

profunda, diz respeito a como a esfera da cultura passa a ser percebida. Na América Latina, como aponte antes, ela era vista como um espaço de ação política, mas não necessariamente, como entendemos hoje, um lugar de poder. Ou seja, as contradições existentes no seio das manifestações culturais eram imediatamente traduzidas em análises e propostas encampadas pelas instituições tradicionalmente consagradas ao “fazer política”: governo, partidos, sindicatos, movimentos sociais. Creio que se torna cada vez mais clara a distinção entre poder e política, pois o poder, como algo imanente às sociedades, às relações sociais, nem sempre se atualiza como política. Entre as manifestações culturais e as instâncias propriamente políticas existem portanto mediações. Sem elas corre-se o risco de indevidamente “politizar” a compreensão analítica, deixando-se de lado aspectos importantes, às vezes definitivos, da constituição de alguns fenômenos sociais (estética, religião etc.). De qualquer maneira, conceber a esfera da cultura como um lugar de poder significa dizer que a produção e a reprodução da sociedade passam necessariamente por sua compreensão (o que é distinto da idéia de “conscientização”, muito em voga na América Latina nos anos de 1950 e 1960). Dimensão que se acentua no contexto da globalização.

Resumo

O texto foi escrito em resposta a um conjunto de perguntas elaboradas por pesquisadores da Universidade de Stanford. O questionário foi enviado a vários pesquisadores e intelectuais latino-americanos, entre os quais o autor. Procura-se problematizar a existência dos Estudos Culturais, tomada como uma realidade incontestada por aqueles que elaboraram o questionário, situando as ciências sociais no contexto da história dos países onde elas se desenvolvem. Nesse sentido, os Estudos Culturais nada têm de “universal”, mas são fruto de uma conjuntura específica, sobretudo norte-americana, e dificilmente poderiam reproduzir-se no Brasil e na América Latina da mesma maneira.

Palavras-chave: Cultura; Mundialização; Ciências sociais; Língua inglesa; Multidisciplinaridade.

Abstract

Text written in response to a cluster of questions elaborated by researchers belonging to Stanford University. The questionnaire was sent to several Latin-American researchers and intellectuals, including the author himself. The author tries to argue

the existence of Cultural Studies, taken for granted from those who made the questionnaire, placing the social sciences in the historical context of the countries in which they have been developing. Cultural Studies are not at all something “universal”, being the outcome of very specific circumstances, mainly North American, and hardly could be reproduced as such either in Brazil or in Latin America.

Keywords: Culture; Globalization; Social sciences; English language; Multidisciplinarity

Renato Ortiz é professor titular do Departamento de Sociologia da Unicamp e autor, entre outros, de *Cultura e modernidade* (Brasiliense, 1991), *Mundialização e cultura* (Brasiliense, 1994), *Um outro território: ensaios sobre a mundialização* (Olho d'Água, 1996), *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo* (Brasiliense, 2000) e *Ciências Sociais e trabalho intelectual* (Olho d'Água, 2002).